

**FACULDADE DO VALE DO JURUENA
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

ANA MARIA BORGES DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: desvalorização e
importância**

Juína-MT

2018

FACULDADE DO VALE DO JURUENA

ANA MARIA BORGES DE CARVALHO

**EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA: desvalorização e
importância**

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Pedagogia, da Faculdade AJES –Faculdade do Vale do Juruena, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia, sob a orientação da Profa. Dr^a Michele Ester de Moura Campos Furlan.

Juína-MT

2018

FACULDADE DO VALE DO JURUENA

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Linha de Pesquisa: Educação

CARVALHO, Ana Maria Borges de. Educação pré-escolar e a formação pedagógica: desvalorização e importância.

Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso)

□□AJES – Faculdade do Vale do Juruena, Juína-MT, 2018.

Data da defesa: 06/12/ 2018

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidente e Orientador: Profa. Dra. Michele Campos Furlan

Membro Titular: esp. Genivaldo Alves da Silva

Membro Titular: Ma. Marina Silveira Lopes

Juína-MT

2018

DECLARAÇÃO DO AUTOR

DECLARAÇÃO DE AUTOR Eu, Ana Maria Borges de Carvalho, DECLARO e AUTORIZO, para fins de pesquisa acadêmica, didática ou técnico-científica, que este Trabalho de Conclusão de Curso, intitulado Educação pré-escolar e formação pedagógica: desvalorização e importância, pode ser parcialmente utilizada, desde que se faça referência à fonte e ao autor. Autorizo, ainda, a sua publicação pela AJES, ou por quem dela receber a delegação, desde que também seja feita referência à fonte e ao autor.

Juína-MT, 06 de dezembro de 2018.

Ana Maria Borges de Carvalho

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer primeiramente a Deus por ele ter me abençoado com saúde. Aos meus familiares por sempre me apoiarem nas minhas decisões: minha mãe Cléria Borges de Carvalho por ter me incentivado a continuar, a meus avós Odete e Valdemar por ter acreditado em mim, minhas tias Andrelza e Vânia por ter me apoiado em todos os momentos, ao meu irmão pela paciência. Aos meus professores que não mediram esforços em me ajudar nessa caminhada.

A minha melhor amiga Hellen Daiane Rodrigues de Góis, por compartilhar conhecimentos, alegrias, tristezas, por sempre me motivar e apoiar quando estava desanimada. A orientadora Dr^a Michele Ester de Moura Campos Furlan por me auxiliar na construção textual, motivação e por sua disponibilidade em poder me orientar no meu trabalho de conclusão de curso.

Me sinto imensamente honrada e agradecida por ser bolsista de Pedagogia do PROUNI e por ser acadêmica da Faculdade Ajes do Vale do Juruena pela oportunidade de inserção em uma graduação que sempre foi meu sonho e que hoje posso tornar realidade.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todos que me apoiaram de alguma forma para a construção de conhecimentos são eles: minha família, minhas amigas e aos meus professores que me ensinaram a sempre dar o melhor no que faço e a nunca desistir.

RESUMO

A educação pré-escolar, pode ser caracterizada como a modalidade que geralmente é ofertada nos centros de educação infantil que são de responsabilidade das esferas municipais ou distritais no Brasil e atende crianças na faixa etária de 4 a 5 anos de idade. Nessa perspectiva, busca-se entender o que norteia a educação infantil deste seu surgimento, sua estrutura organizacional e a formação dos profissionais que atuam nessa área. Como os cursos destinados a formação das pedagogas(os) foram construídos historicamente e as atribuições destinadas a esta profissional principalmente na pré-escola. Referente ao ensino nessa modalidade educacional são evidenciados os principais conteúdos trabalhados e a importância desses na aprendizagem das crianças. Procura-se compreender os motivos da desvalorização da pré-escola e das pedagogas(os) e a importância da educação pré-escolar no desenvolvimento da criança. Este estudo justifica-se pela necessidade de se compreender os fatores que levam a desvalorização da pré-escola. Por sua vez, a pedagoga(o) é interpretada como indivíduo de pouca significação na formação educacional das crianças e esse estereótipo só poderá ser quebrado se a sociedade e as políticas públicas valorizarem esta modalidade de ensino. Para atingir nossos propósitos, esta pesquisa será pautada na metodologia da pesquisa bibliográfica, e análise de documentos que busca selecionar artigos em sites e plataformas que disponibilizam Leis e estudos científicos já realizados e relacionados ao tema, como os sites do *Scielo*, google acadêmico e revistas relacionadas à educação. Espera-se que o trabalho contribua para ampliar a visão da importância desta etapa escolar, e para a melhor aceitação do pedagogo na sociedade.

Palavras-Chave: Desvalorização; Educação infantil e Professor.

ABSTRACT

Pre-school education can be characterized as the modality that is generally offered in pre-school centers that are the responsibility of the municipal or district spheres in Brazil and serves children in the age group of 4 to 5 years of age. From this perspective, we seek to understand what guides the early childhood education of this emergence, its organizational structure and the training of professionals working in this area. As the courses destined to the formation of pedagogues (the) were built historically and the assignments destined to this professional mainly in the preschool. Regarding teaching in this educational modality, the main content and the importance of these in children's learning are highlighted. It seeks to understand the reasons for the devaluation of pre-school and pedagogues and the importance of pre-school education in child development. This study is justified by the need to understand the factors that lead to the devaluation of preschool. On the other hand, the pedagogue (o) is interpreted as an individual of little significance in the educational formation of the children and this stereotype can only be broken if society and the public policies value this modality of education. In order to achieve our purposes, this research will be based on the methodology of bibliographic research, and analysis of documents that seek to select articles on websites and platforms that make available scientific laws and studies already done and related to the topic, such as Scielo, google academic and magazines related to education. It is hoped that the work will contribute to broadening the vision of the importance of this school stage, and to the better acceptance of the pedagogue in society.

Keywords: Devaluation; Child Education and Teacher.

LISTA DE ILUSTRAÇÃO

Figura 1 Roda dos expostos	16
Figura 2 Brincando e aprendendo.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PNE	Plano Nacional da Educação
PPP	Projeto Político Pedagógico
RCNEI	Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Disciplinas obrigatórias	25
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A PRÉ-ESCOLA EM TODO O SEU CONTEXTO	13
2 A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A PRÁTICA NA PRÉ-ESCOLA.....	22
3 A DESVALORIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA PRÉ-ESCOLA	27
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS.....	34

INTRODUÇÃO

Este trabalho abordará a primeira etapa da educação básica, que é a pré-escola, como ela surgiu e se construiu historicamente; O profissional que atua nesta área de ensino, tal como sua formação e prática; a desvalorização constituída culturalmente tanto da pré-escola como do pedagogo infantil; e por fim, a importância desse ensino no desenvolvimento cognitivo, físico, social e psicológica da criança.

A fase pré-escolar deve possibilitar um aprendizado que estimule habilidades essenciais na formação do indivíduo. Mas, infelizmente, esse ensino é desconsiderado como fase importante no processo de aprendizagem da criança, pois, as instituições da educação infantil ainda são vistas somente como locais de cuidados e supervisão, onde os pais deixam os filhos para irem trabalhar. E essa ideia vai na contramão do que preconizam as leis referente a esse ensino no país.

Em outra vertente temos as pedagogas(os) que trabalham nesses locais que, assim como o ensino, são desvalorizados, e isso acaba desencadeado outros fatores, tais como baixos salários o que gera desmotivação por parte dos profissionais, estresse que desencadeia doenças físicas e emocionais, dificultando na consolidação de uma educação de qualidade. O mais prejudicado nesse processo é a criança que chega no ensino fundamental defasado.

Tem-se como objetivo geral evidenciar a importância da pré-escola no desenvolvimento de crianças entre 4 e 5 anos e dos profissionais que atuam nessa área. a) compreender como está sendo abordado em documentos a pré-escola; b) compreender o processo de formação do pedagogo(a); c) evidenciar a desvalorização do ensino pré-escolar e dos profissionais atuantes nesta área e a importância desses no processo de ensino-aprendizagem.

Sendo assim esse trabalho se torna relevante no que diz respeito a compreensão dos fatores que ocasionam a desvalorização desta modalidade de ensino por parte da sociedade e isso desencadeia problemas socioeconômicos que refletem diretamente na formação pedagógica e a educação das crianças. Outros motivos de cunho importante para entender a desvalorização referem-se a baixos salários, estresse, desmotivação por parte dos professores e isso, conseqüentemente, reflete na educação oferecida aos alunos. Desta forma, o presente trabalho discutir sobre as dificuldades encontradas na educação infantil e possíveis soluções para a melhor qualidade de ensino através da conscientização.

A metodologia utilizada nesse trabalho acadêmico é uma pesquisa bibliográfica com a utilização de autores teóricos que abordaram sobre o tema em questão e análises de documentos, sendo esses trabalhos acadêmicos como teses, monografias e artigos, livros, e documentos governamentais como a Constituição Federal de 1988; Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (LDB), o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI); o Plano Nacional da Educação 2014-2024 e as Diretrizes Nacionais para a Educação Infantil. Os sites mais utilizados para esta pesquisa foram *Scielo* e *google acadêmico*, sendo neles encontrados as principais obras na construção deste trabalho, além de obras especializadas da área. Essa análise documental foi fundamental para a construção dessa pesquisa.

A escolha do tema *Educação pré-escolar e a formação pedagógica: desvalorização e importância* se deu pelo fato de que a autora deste estudo se identificou com esta questão no decorrer do curso através das disciplinas estudadas, o que de fato despertou a curiosidade para interesse na continuidade do objeto de estudos posteriores.

Dessa forma, os capítulos se apresentam de formar a construir uma apresentação de fatos que comprovem os objetivos do trabalho. No capítulo 1, intitulado de *Pré-escola em todo seu contexto* traz o conceito de infância e as características da criança nessa fase escolar. Em seguida há um aprofundamento sobre a pré-escola, como surgiu, no mundo e no Brasil, porque foi criada, mudanças ao longo do tempo, leis que a defendem e constitui seu ensino, como a Base Nacional Comum e o Referencial curricular nacional da educação Infantil, que norteia os conteúdos que devem ter prioridade no ensino da pré-escola.

No capítulo 2, denominado *O profissional de pedagogia na educação pré-escolar* é apresentado brevemente a história da pedagogia, suas características e sua área de atuação. Em seguida discorre sobre o curso, suas mudanças significativas e a formação do pedagogo de forma geral. As características deste profissional. Posteriormente, há um enfoque no pedagogo na educação pré-escolar suas funções e práticas pedagógicas.

No capítulo 3, nomeado de *A desvalorização e importância da pré-escola* estabelece uma discussão sobre a desvalorização evidente referente a este ensino e o porquê deste comportamento cultural da sociedade. Após, é visualizado um quadro geral das matrículas na pré-escola em relação à creche nos últimos anos, o que comprova a desvalorização dessa modalidade de ensino. Em seguida, é descrito as consequências dessa desvalorização do

profissional atuante nessa área e para as crianças. Por fim, conclui-se, esclarecendo sobre a importância da educação pré-escolar no desenvolvimento do indivíduo.

1 A PRÉ-ESCOLA EM TODO O SEU CONTEXTO

A educação é o principal meio que as pessoas encontram para se qualificar profissionalmente. E a educação se inicia deste cedo preparando o indivíduo intelectualmente. A pré-escola, é um dos primeiros contatos da criança com a educação. Entretanto esta instituição de ensino deve inicialmente considerar o sujeito em todas suas potencialidades, cognitivas, psicológicas ou sociais, para que seja possível uma aprendizagem apropriada.

Na primeira infância como enfatiza Bock, Furtado e Teixeira (2008, p. 121) “[...] o mais importante é o aparecimento da linguagem, que irá acarretar modificações nos aspectos intelectual, afetivo e social da criança”. Como consequência, a criança desenvolve novas habilidades como pedir o que deseja, explicar algo ou simplesmente interagir com o meio. Entretanto, muitas das falas nesse período são imitativas, isto é, a criança fala o que ouve, repetindo, sendo o meio em que convive um ambiente de grande importância na construção do conhecimento. Nesse período, a criança ainda é centrada para si, tornando complicado o trabalho em grupo, por exemplo. E umas das habilidades que desenvolve é a motricidade fina, que se caracteriza pelos atos de pegar e manusear objetos com a utilização dos dedos.

Inicialmente a experiência mais característica da infância é sua noção de realidade, que se desenvolve de uma forma global e indiferente, isto é, a criança desenvolve habilidades motoras de forma cronológica e de reorganizações seguidas, se reestruturando constantemente. Sendo assim, nos primeiros anos de vida, a criança não tem muita noção da realidade em que ela vive (STONE e CHURCH, 1972).

Como umas das primeiras experiências, tem-se uma relação da infância com o mundo de forma difusa, sendo que, para a criança, o objeto tem sentido ou de ameaça, ou de gratificação. Dessa forma, cria-se um comportamento sistemático onde os objetos começam a ter significado no mundo infante. Um aspecto de difícil compreensão para os adultos é o fato de que para a criança ainda não existe o eu, ela não tem a noção de que ela é eu, mesmo existindo a relação de minhas necessidades, pelo fato de que ela só se tem conhecimento de suas próprias vontades como minha fome, prazeres e o que sinto. O conceito do “eu” é introduzido no contexto da criança como identidade e a partir daí sua relação com mundo se desenvolve (STONE e CHURCH, 1972).

A infância geralmente ocorre dos sete ao onze ou doze anos de idade. Esta fase é caracterizada pela construção de lógica, substituindo, desta forma, o egocentrismo encontrado

na primeira infância. Entre as características desse período, está o fato de que a criança tem domínio do tempo, isto é, lembra-se do passado e planeja o futuro. Em nível de pensamento, desenvolve as habilidades de planejar sequencialmente eventos ou ideias. Tem noção de efeito e causa, portanto, consegue assimilar as consequências de ações, relacionando meio e fim e ainda trabalha com alguma ideia, relacionando dois pontos de vistas diferentes (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2008).

Xavier e Nunes (2013) dizem que, neste período, a criança consegue estabelecer um raciocínio lógico que possibilite mais de um ponto de vista em relação a um determinado assunto, permitindo uma construção lógica mais complexa e flexível. Mesmo com esta habilidade de reflexão e assimilação com a realidade do mundo, também há a necessidade de uma realidade concreta. Essas características desenvolvem a autonomia do pensar.

A autonomia de pensamento, conseqüentemente, possibilita que a criança forme seus próprios valores morais e surgem sentimentos morais como a honestidade, respeito mútuo, justiça e fidelidade. Por fim, uma característica que ganha força é a vontade de pertencer a algum grupo de colegas, isso faz com que no início do período, a criança considere importante as ideias e opiniões dos adultos, enquanto que ao final deste processo, há um enfrentamento em relação a eles (BOCK, FURTADO e TEIXEIRA, 2008).

Olhar para a criança como um ser inserido em um contexto histórico-cultural possibilita uma visão mais ampla sobre a sua educação, já que a aprendizagem é um processo contínuo e essencial na formação da qualidade humana. Dessa forma, pode-se constituir uma concepção que substituiu o pensamento pedagógico tradicional, de que a criança é vazia, uma tábula rasa pronta para receber o conhecimento adequado para a formação de um adulto qualificado (SOUZA, 2007).

Em meio do contexto histórico-cultural, de acordo com Souza (2007), a criança é vista como autônoma e competente em suas atividades em relação ao mundo. Esta visão colabora para uma criança com diversas potencialidades e autonomia, as donas de suas próprias vontades e pensamentos, contribuindo para a concepção do papel da criança na sociedade, o que a coloca pronta para emergir na sociedade. A infância é vista não mais como um simples acontecimento vazio socialmente, mas sim, como algo concreto que pode ser debatido em todas as suas instâncias.

A concepção de criança, posta pelo Enfoque Histórico-Cultural, se sustenta na tese de que a criança só se desenvolve, isto é, se humaniza, mediante a apropriação da cultura e no processo de sua atividade. Todas as habilidades e aptidões humanas são, nesse

sentido, formadas nas relações concretas – compreendidas na materialidade e imaterialidade – entre o homem e o mundo da cultura, tornando-se produtos e produtoras da história humana. Portanto, a criança, nessa perspectiva, não nasce com caráter humanizado, mas se humaniza pelos seus processos de vida e de educação. (SOUZA, 2007, p.133).

Nesse sentido, percebe-se que a criança constrói sua humanidade a partir de fatores culturais e materiais do meio em que vive. Dessa forma, o indivíduo influencia e é influenciado pela sua realidade, tornando-se parte deste processo de construção cultural. A partir daí percebe-se a importância de educar formalmente estas crianças, como um estímulo extra para o desenvolvimento cognitivo.

No passado educação das crianças era responsabilidade única da família, que tinha o dever de ensinar princípios básicos de ética, moral e aspectos culturais de onde viviam. Por muito tempo, esta foi a realidade da sociedade que aprendiam as regras e tradições no seio familiar. Essa situação se transformou quando o capitalismo se tornou vigente na Europa e a Revolução Industrial mudou a rotina das famílias, onde muitas vezes as mulheres se viam obrigadas a deixar seu lar para buscar emprego (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Sendo assim, o surgimento e desenvolvimento de instituições na Europa voltadas para à primeira infância está atrelada ao crescimento da população urbana e a má qualidade de vida nas cidades, principalmente no que se refere às mulheres e crianças. Como marco disso, tem-se os primeiros locais destinados à educação infantil que foram criados na França em meados dos anos de 1760. Estes locais eram destinados a ensinar hábitos religiosos, morais e também à formação de conhecimentos de letras e sílabas (ANDRADE, 2010).

Sobre as primeiras instituições destinadas a esse atendimento, Paschoal e Machado (2009) observam que essas instituições tinham o objetivo de cuidar e dar a proteção necessária as crianças enquanto seus pais trabalhavam. Portanto, a popularidade que se deu a este atendimento foi por causa da mudança da estrutura familiar, consolidando assim, em locais para os cuidados das crianças. A expansão desses ambientes era primeiramente assistencialista em relação a educação do indivíduo, ensinando assuntos como higiene, alimentação, cuidados físicos, ressaltando que, a maior preocupação era a proteção das crianças (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

Por volta da segunda metade do século XIX, as instituições que atendiam os infantes já eram denominadas de creches e jardins de infância e já tinham uma visão pedagógica levando em consideração a aprendizagem dos alunos. Dessa forma, foi se constituindo os modelos

educacionais referentes à educação infantil por todo o mundo (PASCHOAL e MACHADO, 2009).

O jardim de infância foi criado por Froebel em 1840 na Alemanha e tinha como princípios pedagógicos o atendimento de crianças de 3 a 7 anos e se diferenciavam dos primeiros locais de cuidados aos infantes. Este tinha como objetivo a educação integral destinado a infância, defendia também um currículo específico para este ensino, considerando o desenvolvimento cognitivo do indivíduo. E mesmo com opositores, essa modalidade de ensino se propagou por toda a Europa a partir dos anos de 1870, mudando assim a forma de pensar a educação infantil (ANDRADE, 2010).

Já no Brasil, a assistência à infância até meados dos anos 1870 acontecia por meio das Rodas, como demonstra na Figura 1, eram instituições destinadas ao acolhimento de crianças órfãs, rejeitadas ou desamparadas por seus familiares, por diversos motivos, e as primeiras iniciativas desses locais estavam relacionadas a combater, principalmente, a mortalidade infantil (ANDRADE, 2010).

Figura 1 Roda dos Expostos



Fonte: <<http://douglaslaudiauzer.blogspot.com>> Acesso em: 28 nov. 2018.

Segundo Paschoal e Machado (2009), apesar de diversos arranjos alternativos para as crianças menos favorecidas, a Roda era a mais popular e procurada pela população e foi por muito tempo uma das instituições de atendimento às crianças. Este cenário só mudou no final do século XIX quando grupos isolados iniciaram a luta pelos direitos das crianças afim de combater os índices de violência, trabalho infantil e mortalidade.

Santos (2010) mostra que no século XIX não se tem muito avanço com relação à educação pré-escolar. Pode-se perceber poucas iniciativas no Brasil, desde o período colonial até o século XX, em relação ao atendimento educacional as crianças pobres. Isso porque não se

tinha ainda políticas educacionais referentes ao ensino pré-escolar. Só havia uma preocupação com a criação de locais para as crianças passarem o tempo enquanto seus pais trabalhavam.

As primeiras décadas no século XX no Brasil foram marcadas pela criação das primeiras pré-escolas de um modelo assistencialista industrial. Isto é, eram criadas juntamente com as indústrias, a fim de proporcionar o atendimento aos filhos das mulheres que trabalhavam nestes locais, ou seja, era um atendimento assistencial aos filhos das operárias. Com a industrialização e crescimento das áreas urbanas, houve as implementações das primeiras pré-escolas privadas destinadas às crianças ricas (KUHLMANN JR, 1991).

Mas, é a partir da metade do século XX que a educação infantil no país sofre profundas transformações com Regime Militar iniciado em 1964. Mudanças significantes que seriam consolidadas décadas mais tarde com a promulgação da Constituição de 1988 e com a elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº9394/96 (LDB). Estas implicações na legislação nacional referente à educação, trouxeram para o ensino pré-escolar uma nova estrutura organizacional, passando a ser valorizada e apoiada legalmente (KUHLMANN JR, 2000).

O direito a uma educação de qualidade, que tem sido bastante questionado nos últimos tempos, tem sido o grande desafio do Brasil, uma vez que é garantido por lei, na Constituição Federal de 1988 em seu artigo 205 (2017, p.160) “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Pensando nisso houve a necessidade de uma nova organização da Educação Básica no Brasil, o que foi atribuída pela LDB 9394/96 que dividiu a educação em níveis e etapas de ensino específicas. No que se refere a divisão por níveis, esta lei separou o ensino em duas partes sendo a educação básica e a educação superior. Por sua vez, a educação básica se subdivide em três etapas: educação infantil, ensino fundamental e o ensino médio (BRASIL, 2013).

No que se refere a esse modelo educacional atualmente, a responsabilidade pela oferta de uma educação básica obrigatória fica dividido entre Municípios, Estados, Distritos e União. Dessa forma, o ensino infantil, bem como parte do fundamental, fica incumbido ao Município. Os Estados têm como prioridade oferecer o ensino médio e ainda dividir com os municípios o ensino fundamental. Já a União fica responsável por dar assistência técnica e financeira ao

Distrito Federal, Estados e Municípios para que estes consigam desenvolver seus sistemas de ensino de forma a oferecer uma educação de qualidade para todos. Por fim, a educação superior é de responsabilidade prioritária da União, lembrando que a iniciativa privada poderá ofertar cursos em qualquer nível de ensino, desde que esteja autorizada para isso (BRASIL, 2013).

A educação básica, é dividida em três níveis. A educação infantil é a primeira etapa da educação básica atendendo crianças de zero a cinco anos sendo esta subdivida em duas fases, a creche (0 a 03 anos) e a pré-escola (04 a 05 anos) fase esta de grande importância na formação cognitiva, psicológica e social do indivíduo. (SOUZA, RAFAEL e OLIVEIRA, 2015).

Nesse cenário, é importante destacarmos as políticas referentes à educação pré-escolar que em seu contexto traz um embasamento teórico dos direitos das crianças a uma educação de qualidade. Entre as principais leis e norteadores desse ensino enfatiza-se a Declaração Universal dos Direitos da Criança, em plano Nacional tem-se a Constituição Federal Brasileira de 1988, a LDB 9.394/96 e o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1988, que tratam especificamente do ensino infantil no Brasil (CORRÊA, 2003).

A LDB (2017, p.22) em seu artigo 29 afirma que “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” destaca a finalidade da educação infantil no contexto educacional e sua contribuição no desenvolvimento da criança.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9394/96 (2017, p.22) em seu art. 30 no capítulo II destina a educação infantil “carga horária mínima anual de 800 (oitocentas) horas, distribuída por um mínimo de 200 (duzentos) dias de trabalho educacional;”

Para garantir o acesso de todos a estas instituições com ensino de qualidade o Plano Nacional de Educação 2014-2024 lei nº13.005 de 25 de junho de 2014 em sua meta 1 estabelece para a educação infantil que:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE (BRASIL, 2014, p. 49).

Isto é, esta meta prioriza o atendimento na pré-escola, tal como a expansão de vagas na creche possibilitando esse a atender até 2016 no mínimo metade das crianças de zero à três anos. Isto demonstra a preocupação do governo com a educação infantil e a qualidade desse, visando expandir este ensino para que todos tenham a oportunidade de usufruir dessa educação.

As políticas públicas juntamente com o governo estabelecem o apoio necessário para que haja melhor acesso das crianças aos centros de educação infantil (BRASIL, 2013). Dessa forma, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nacional nº 9394/96 em seu art. 4 define que:

VIII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde;

IX – padrões mínimos de qualidade de ensino, definidos como a variedade e quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem;

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade; (BRASIL, 2017, p.10).

A construção de uma proposta pedagógica tem como intuito a valorização da criança na formação de identidade pessoal, seus direitos e deveres e sua relação social. Portanto, a educação infantil utiliza de técnicas para a transferência do indivíduo da infância para o mundo real e busca a ampliação de requisitos necessários para a concepção de senso crítico, solidariedade, sensibilidade e valores éticos e morais. Para tal prática se consolidar, a criança é exposta a diversas experiências fundamentais para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental (OLIVEIRA, 2007).

Assim, faz-se necessário uma aprendizagem diferenciada de outros níveis de ensino, principalmente no que se diz respeito a avaliação da aprendizagem de cada criança. Pensando nisso a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 (2017, p. 22) em seu art. 31 no capítulo II informa que a avaliação deve ser feita “avaliação mediante acompanhamento e registro do desenvolvimento das crianças, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental;”

Os espaços destinados ao atendimento ao infante devem proporcionar situações adequadas para o desenvolvimento cognitivo, emocional e psicológico. É importante a reprodução das culturas infantis, pois, nesses locais, as crianças expressam-se, interagem e se socializam contribuindo para o pleno desenvolvimento humano. Dessa maneira, as primeiras aprendizagens da criança são de fundamental importância para seu desenvolvimento completo, pois a instituição de educação infantil é um ambiente que contribui significativamente nesse processo e deve proporcionar experiências que influenciam positivamente em sua aprendizagem. Para isso, o ambiente infantil precisa promover a qualidade na educação. (ANDRADE, 2010).

Ao longo dos anos, essa visão foi se adaptando às necessidades da sociedade e complementando o modelo de ensino das crianças. A criança deixou de ser vista como indivíduo sem importância. A partir da contextualização dos conceitos que englobam a infância e o ensino, o indivíduo começou a ter importância na sociedade respeitando suas limitações e características individuais.

Pesquisas sobre a aprendizagem e o desenvolvimento infantil revelam que pensar uma proposta pedagógica para creches e pré-escolas envolve organizar condições para que as crianças interajam com adultos e outras crianças em situações variadas, construindo significações acerca do mundo e de si mesma, enquanto desenvolvem problemas, em clima de autonomia e cooperação. Podem as crianças, assim, constituir-se como sujeitos únicos e históricos, membros de famílias que são igualmente singulares em uma sociedade concreta (OLIVEIRA, 2007, p.49).

Oliveira (2007) afirma que a construção de uma proposta pedagógica tem como intuito a valorização da criança na formação de identidade pessoal, seus direitos e deveres e sua relação social com a educação infantil utiliza de técnicas para a transferência do indivíduo da infância para o mundo real e busca a ampliação de requisitos necessários para a concepção de senso crítico, solidariedade, sensibilidade e valores éticos e morais. Para tal prática se consolidar, a criança é exposta a diversas experiências fundamentais para seu desenvolvimento cognitivo, emocional e comportamental.

A influência da pré-escola no desenvolvimento da criança, principalmente para a inserção no ensino fundamental, tem sido valorizada nos últimos anos pelas políticas referentes à qualidade e importância deste modelo de ensino. Uma das maiores contribuições na aprendizagem do indivíduo é a alfabetização, isto é, a compreensão e prática da leitura e escrita se inicia no período pré-escolar. Para que isto ocorra, o ambiente onde a criança está inserida deve ser adequado para o desenvolvimento destes requisitos para uma vida letrada (GONÇALVES, 2010).

Para que isto ocorra, políticas educacionais contribuem para uma educação efetiva e de qualidade. O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil de 1998 (RCNEI) é um documento que norteia as práticas pedagógicas estabelecendo orientações referentes ao ensino-aprendizagem como o currículo ¹ e os conteúdos que são imprescindíveis para o

¹ Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade (BRASIL, Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil, 2010, p.12).

desenvolvimento cognitivo, afetivo, físico e psicológicos para as crianças da educação infantil (BRASIL, 1998).

A educação infantil tem princípios éticos que buscam a autonomia, responsabilidade e respeito as diferentes realidades, culturas e ao meio ambiente. Os princípios políticos trabalham os direitos e deveres voltados para as crianças, tais como o exercício da cidadania e a criticidade para uma sociedade democrática. Por último, tem-se os princípios estéticos que estimulam a criatividade, liberdade de expressão e a sensibilidade (BRASIL, 2010).

Em sua organização curricular é estabelecido alguns eixos de trabalho que fazem parte da construção cultural e de conhecimento no ensino infantil, o RCNEI (1998, p. 46) “Movimento, Artes visuais, Música, Linguagem oral e escrita, Natureza e sociedade, Matemática”. O desenvolvimento dos conteúdos no ensino aprendizagem na pré-escola é fundamental para a construção de conhecimentos cognitivos no indivíduo. Pensando nisso, foram estabelecidos os principais conteúdos a serem trabalhados nesse ensino. Estes são subdivididos em conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais (BRASIL, 1998).

Os conteúdos conceituais são definidos como um ensino que visa a construção através de símbolos, imagens e ideias onde a criança possa fazer uma ligação com a sua realidade. E isso abrange os conceitos mais simples e os considerados mais complexos, desenvolvendo no indivíduo conhecimentos prévios que, com o tempo, se tornam mais precisos. Já os conteúdos procedimentais estão no saber fazer, isto é, a criança tem a oportunidade de construir seu conhecimento a partir da consolidação de instrumentos que o permitirão estabelecer seu próprio caminho. Um exemplo é quando a criança desenvolve a habilidade de manipular objetos que pertencem ao seu dia-a-dia, como calçar seus sapatos, vestir roupas ou simplesmente pentear seus cabelos, ações estas que são fundamentais em seu processo de aprendizagem (BRASIL, 1998).

Por último, tem-se também os conteúdos atitudinais que são os conteúdos que estimulam valores essenciais para o exercício da cidadania, como as normas e valores éticos que devem ser trabalhados de forma contínua e explícita, e tem que ser levado em consideração pois muitas vezes o que é ensinado não é colocado em prática por quem ensina, o que leva a uma contradição e algumas vezes ao fracasso dessa aprendizagem (BRASIL, 1998).

2 A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E A PRÁTICA NA PRÉ-ESCOLA

O curso de Pedagogia foi efetivamente inserido no Brasil na década de 1930 e não era visto como uma ciência pedagógica. Inicialmente tinha-se grande influência do modelo de pedagogia alemã, em seguida, também foi influenciada pela pedagogia americana. Os primeiros cursos instituídos no Brasil eram com formação em bacharelado, isto é, ensino técnico em educação (BRITO e ROCHA, 2012).

Para se ter o diploma de licenciado e poder dar aula, além do formando fazer o bacharelado de três anos de estudo, tinha-se que realizar um curso de duração de um ano onde se aprendia a base da didática que era acrescentada à sua formação, juntamente com o bacharelado em pedagogia. Em sua grade curricular, constavam disciplinas essenciais para a formação pedagógica como o básico da matemática; sociologia; história da filosofia; psicologia da educação; estatística e história da educação; administração escolar e outras áreas complementares (SAVIANI, 2004).

Só por volta de 1960 que o curso de Pedagogia sofreu algumas alterações significativas, se tornando licenciatura. A partir de 1970 surgem discussões em busca de uma identidade profissional para o curso de Pedagogia e de outras licenciaturas, e esses debates se arrastam até os dias atuais, com o intuito de propor uma abrangência maior da prática pedagógica fora da sala de aula (BRITO e ROCHA, 2012).

O bacharelado e a licenciatura correspondiam a partir desse momento, ao mesmo curso, modificando a sua duração de três para quatro anos. Uma característica evidente dessa mudança foi a flexibilidade que se deu no que se diz respeito às disciplinas que poderiam ser realizadas a qualquer momento do curso, não tendo separação entre os conteúdos do bacharelado ou da licenciatura. A responsabilidade pela distribuição destas disciplinas ficou por parte das instituições. Com relação à grade curricular, não aconteceram muitas modificações, mantendo-se um estilo generalista, isto é, não se tinha ainda uma preocupação com disciplinas técnicas (SAVIANI, 2004).

Para formar um profissional da educação infantil qualificado, a formação pedagógica tem que ter, em seu processo, um embasamento teórico e prático para que o mesmo saiba lidar com as diversidades de ensino-aprendizagem nesse modelo de ensino. Como afirma Iglesias e Vosgerau (2011, p. 10917) “[...] com o processo de industrialização que partia do princípio da supervisão, objetivando melhorar a quantidade e a qualidade da produção [...]”.

Como enfatiza Barreto (2009), no Brasil, em meados do século XX a formação para professores dos anos iniciais havia se consolidado, sendo amparado pela Lei nº 5.692/71 que reformou a educação básica no Brasil extinguindo as escolas normais, e essa mudança, teve como consequência, a perda de algumas especificidades.

Atualmente, na formação pedagógica, constatamos que no embasamento teórico do Projeto Político Pedagógico (PPP) de alguns cursos possui como objetivo a formação teórica e prática para o exercício profissional na educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental da educação básica. Objetiva também a atuação na gestão escolar e em ambientes não escolares como empresas e hospitais por exemplo, mas nota-se poucas mudanças nos currículos do curso de pedagogia, o que se afasta do objetivo de busca por uma função do pedagogo (BRITO e ROCHA, 2012).

Em relação aos currículos destinados a educação infantil, pode-se observar uma preocupação em estabelecer leis que assegurem o direito do indivíduo a uma educação de qualidade. Para isso, na formação de um profissional que atenda a essas expectativas, fica assegurado, de acordo com a Resolução nº 2, de 1º de julho de 2015 em seu art 13º (2015, p.11).

Art. 13. Os cursos de formação inicial de professores para a educação básica em nível superior, em cursos de licenciatura, organizados em áreas especializadas, por componente curricular ou por campo de conhecimento e/ou interdisciplinar, considerando-se a complexidade e multirreferencialidade dos estudos que os englobam, bem como a formação para o exercício integrado e indissociável da docência na educação básica, incluindo o ensino e a gestão educacional, e dos processos educativos escolares e não escolares, da produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e educacional, estruturam-se por meio da garantia de base comum nacional das orientações curriculares.

§ 1º Os cursos de que trata o *caput* terão, no mínimo, 3.200 (três mil e duzentas) horas de efetivo trabalho acadêmico, em cursos com duração de, no mínimo, 8 (oito) semestres ou 4 (quatro) anos, compreendendo:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, distribuídas ao longo do processo formativo;

II - 400 (quatrocentas) horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição;

III - pelo menos 2.200 (duas mil e duzentas) horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos nos incisos I e II do artigo 12 desta Resolução, conforme o projeto de curso da instituição;

IV - 200 (duzentas) horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, conforme núcleo definido no inciso III do artigo 12 desta Resolução, por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição.

§ 2º Os cursos de formação deverão garantir nos currículos conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial

e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

§ 3º Deverá ser garantida, ao longo do processo, efetiva e concomitante relação entre teoria e prática, ambas fornecendo elementos básicos para o desenvolvimento dos conhecimentos e habilidades necessários à docência.

§ 4º Os critérios de organização da matriz curricular, bem como a alocação de tempos e espaços curriculares, se expressam em eixos em torno dos quais se articulam dimensões a serem contempladas, como previsto no artigo 12 desta Resolução. 12

§ 5º Nas licenciaturas, curso de Pedagogia, em educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental a serem desenvolvidas em projetos de cursos articulados, deverão preponderar os tempos dedicados à constituição de conhecimento sobre os objetos de ensino, e nas demais licenciaturas o tempo dedicado às dimensões pedagógicas não será inferior à quinta parte da carga horária total.

§ 6º O estágio curricular supervisionado é componente obrigatório da organização curricular das licenciaturas, sendo uma atividade específica intrinsecamente articulada com a prática e com as demais atividades de trabalho acadêmico.

Nesse sentido, pode-se observar a preocupação do governo em estabelecer leis que assegurem uma educação de qualidade e para todos e, para que isso aconteça, a formação do pedagogo é primordial nesse processo. Sendo assim, fica obrigatório uma quantidade de horas mínimas de aulas e prática em sala de aula (Estágio supervisionado) e a base dos conteúdos essenciais para a formação de um profissional qualificado. O estágio supervisionado dá uma visão da relação teoria e prática auxiliando o formando a ter uma noção de sua área de atuação e a importância dela.

Nesse sentido, o formando em pedagogia tem como suas principais atribuições a responsabilidade de se trabalhar embasado na ética, respeitando diferenças, sejam elas sociais, econômicas, culturais ou políticas. Compreender as crianças e respeitar seu desenvolvimento. Ter capacidade para desenvolver habilidades em sua prática educacional em espaços escolares e não escolares. Trabalhar a interação e trabalho em grupo ensinando o respeito pelas manifestações de ideias e emoções de outros. Trabalhar o conteúdo estabelecido pelo projeto político pedagógico e ter a flexibilidade em sua prática de ensino (GERVASI e ARRUDA, 2015).

De acordo com Gatti e Barreto (2009), quanto a formação do profissional pedagogo pode-se destacar que, na maioria dos cursos do país, existem em torno de 3.513 disciplinas, sendo que destes somente 3.107 são consideradas obrigatórias e 406 disciplinas são listadas como optativas.

Isto demonstra como se dá a formação do pedagogo e a qualificação do mesmo. Na tabela 1 pode-se observar o agrupamento das principais disciplinas divididas em áreas de

conhecimento e o número de cursos onde essas disciplinas fazem parte da grade curricular e seu valor porcentual.

Tabela 1 Disciplinas obrigatórias

Categorias		N	%
Fundamentos teóricos da educação	Fundamentos teóricos da educação	701	22,6
	Didática geral	106	3,4
	Subtotal	807	26,0
Conhecimentos relativos aos sistemas educacionais	Sistemas educacionais	165	5,3
	Currículo	158	5,1
	Gestão escolar	140	4,5
	Ofício docente	19	0,6
	Subtotal	482	15,5
Conhecimentos relativos à formação profissional específica	Conteúdos do currículo da educação básica (infantil e fundamental)	232	7,5
	Didáticas específicas, metodologias e práticas de ensino	643	20,7
	Tecnologia	22	0,7
	Subtotal	897	28,9
Conhecimentos relativos às modalidades e níveis de ensino	Ed. especial	118	3,8
	EJA	49	1,6
	Ed. infantil	165	5,3
	Contextos não-escolares	16	0,5
	Subtotal	348	11,2
Outros saberes		173	5,6
Pesquisa e TCC		217	7,0
Atividades complementares		183	5,9
Total		3.107	100,0

Fonte: Professores do Brasil: impasses e desafios (2009).

Entre as atribuições do pedagogo na educação infantil, especificamente na pré-escola, está a observação como um fator primordial, isso porque, o pedagogo, a partir desta, conseguirá diagnosticar o desenvolvimento cognitivo de cada criança, e desta forma, de acordo com o Projeto Político Pedagógico da instituição de ensino, elaborará metodologias de ensino que serão ensinadas no brincar e educar das crianças (GERVASI e ARRUDA, 2015).

Sendo assim, as funções atribuídas ao pedagogo da pré-escola são fundamentais no processo de ensino aprendizagem. Entre essas habilidades, o professor deve planejar e executar atividades, sendo essa obrigação a peça chave na construção de aprendizagem da criança (GERVASI e ARRUDA, 2015) Entre as principais atribuições do pedagogo no contexto escolar está:

- Participar de treinamentos e se atualizar constantemente sobre o desenvolvimento infantil.
- Participar e subsidiar os planejamentos em geral da creche.
- Planejar anualmente e mensalmente os trabalhos pedagógicos integrando com as demais áreas do conhecimento e conteúdos básicos para a constituição de conhecimentos e valores.
- Os conhecimentos entre espaço, tempo, comunicação, expressão, a natureza e as pessoas devem estar articulados com os cuidados e educação para a saúde, a sexualidade, a vida familiar e social, o meio ambiente, a cultura, as linguagens, o trabalho, o lazer, a ciência e a tecnologia.

- Participar da organização de eventos da creche cuidando para que as crianças também participem de sua organização, execução e compreendam seu significado e sempre preocupado com a independência e autonomia da criança.
- Manter contatos formais (reuniões) e informais com as famílias.
- Avaliar seu trabalho continuamente.
- Preocupar-se em conhecer o grupo de crianças com que trabalha, registrando suas observações.
- Avaliar constantemente o desenvolvimento das crianças e do grupo com que trabalha.
- Integrar as experiências familiares das crianças aos conteúdos e atividades desenvolvidos na creche. Quando possível estimular que os familiares participem das atividades.
- Organizar o espaço físico e os materiais necessários ao desenvolvimento de atividades como: salas de atividades, banheiro, refeitório, espaço externo, saídas.
- Após a realização de atividades reorganizar espaços e materiais com auxílio da criança.
- Planejar e executar as rotinas diárias de modo flexível, é que transmita segurança às crianças (GERVASI e ARRUDA, 2015, p. 19).

Pode-se observar, dessa forma, que o pedagogo tem que articular o brincar e o educar de forma flexível, trabalhando conteúdo de importância no desenvolvimento intelectual, social e psicológico da criança. Conhecimentos necessários para uma formação cidadã e ética, sendo assim, o pedagogo contribui para a inserção do indivíduo na sociedade.

Apesar de poder se afirmar que a formação do pedagogo ainda tem muito que avançar no que diz respeito a seu currículo, e que políticas públicas devem ser criadas com o intuito de aprofundar na teoria e prática para que se tenha um profissional competente e com habilidades diversas, o pedagogo está preparado para trabalhar com a educação infantil, sendo que essa etapa de ensino parte de sua formação acadêmica, e, os conhecimentos adquiridos em sua formação, bem como sua prática docente, contribuem para o desenvolvimento da criança também na fase da educação infantil.

3 A DESVALORIZAÇÃO E A IMPORTÂNCIA DA PRÉ-ESCOLA

Na complexidade da sociedade atualmente, tem-se visto cada vez mais a exigência por profissionais capacitados para exercerem suas funções, ainda mais no âmbito educacional. Observa-se que a educação no Brasil deixa a desejar, pois em sua formação são evidentes as lacunas referentes ao conteúdo, ressaltando que no curso de pedagogia existe uma defasagem no que diz respeito principalmente a relação teoria/prática. E o que agrava esta situação é a responsabilidade social posta na atuação da pedagoga (BRITO e ROCHA, 2012).

A desvalorização é evidente na educação infantil, isso porque, a formação do pedagogo, muitas vezes, deixa a desejar, pois foca muito na questão teórica, não dando muita importância à prática que é tão fundamental para a formação, fazendo com que quando o profissional vá para a sala de aula, encontre muitos desafios para colocar em prática o seu conhecimento (KNIPHOF, 2016).

A pedagoga (o) exerce muitas funções em âmbito escolar, e dentro delas, a principal é o educar, sendo que o pedagogo é o mediador do processo da aprendizagem formal, e esta já começa na pré-escola com as práticas de letramento. Muitas vezes há um desvio deste objetivo, e o pedagogo adquire outras atribuições, fazendo desta forma esta modalidade de ensino perder sua essência e muitas vezes ser desvalorizado por parte da sociedade (KNIPHOF, 2016).

Na educação pré-escolar o professor não fica só responsável pelo cuidar como a maior parte da sociedade pensa, a criança de 4 a 6 anos já tem características fisiológicas e físicas mais complexas, tornando a criança mais independente em relação aos seus cuidados. No aspecto social, a criança já interage com outros, o que faz com que as brincadeiras em grupo, por exemplo, sejam uma das práticas que devem ser mais realizadas. Lembrando que isso não descarta os cuidados do pedagogo, porém facilita no processo de ensino aprendizagem (CAVALCANTE, LINHARES e FONTES, 2012).

Outro fator importante que contribui para a desvalorização da pré-escola é que desde que surgiu esse ensino, as primeiras profissionais dessa área eram mulheres, sendo desta forma construído historicamente a função voltada para a mulher já que essa tem o instinto materno. Consequentemente a pedagoga foi ligada ao cuidar tornando o ensino prejudicado, pois por muito tempo esse foi o pensamento da sociedade tornando esta modalidade educacional inferiorizada por muito tempo. (SANTANA, 2010).

Além disso, outra característica que influencia nessa falta de consideração pela educação pré-escolar é o fato de que décadas atrás esse ensino era visto como um preparatório, isto é, um local onde as crianças se preparariam para irem para a escola básica. Isso fez com que muitas pessoas, principalmente professores, não considerassem a criança um ser ativo, que pudesse aprender nesse período conhecimentos escolares (DANTAS, 2003).

Tudo isso também é refletido na pedagogia (o), principalmente referente a educação infantil. Mesmo com todos os avanços nessa modalidade, a valorização do profissional dessa área ainda é questionada. Isso porque, na maioria das vezes, há um descaso das autoridades públicas em melhorar as condições de trabalho e da educação. Esse descaso recai diretamente na qualidade de ensino prestada às crianças, causando a falta de interesse pelo aprendizado, tornando essa área pouco procurada pelos profissionais que se formam em pedagogia. Outro fator relevante desse desencadeamento da defasagem educacional são as condições de trabalho que muitas vezes são precárias prejudicando assim o educar dos alunos (SANTANA, 2010).

Tem-se também a baixa remuneração que ocasiona a desmotivação por parte das pedagogas(os). O estresse também deve ser considerado como um problema recorrente na educação infantil, o que faz muitos profissionais procurarem por outra modalidade de ensino. Todo o estresse vivido causa doença tanto físicas, emocionais e psicológicas desgastando ainda mais o professor. Todos estes fatores influenciam na escolha do profissional por outra área que tenha mais reconhecimento profissional e benefícios financeiros (SANTANA, 2010).

Infelizmente, essa desvalorização massacrante do pedagogo na educação infantil não parte somente da sociedade, mas também entre os docentes, e até os próprios pedagogos desmerecem sua atuação, quando, na escolha de sua formação, optam pelo curso de pedagogia por pensarem ser o mais fácil e de curto tempo. Todos os problemas citados acima contribuem para o pedagogo atuante na educação infantil ser desvalorizado e consequentemente a educação pré-escolar (DETOMINI e MARIOTI, 2017).

Dada à complexidade da educação, das relações estabelecidas por meio dela, e das questões que afetam diretamente o processo educativo, percebe-se que os docentes encontram-se desanimados e insatisfeitos com a falta de reconhecimento, tanto por parte do governo, quanto pela sociedade. Entretanto, nota-se uma acomodação por parte da classe docente as perspectivas apresentadas.

O discurso muito utilizado pelos docentes é o de que não é necessário agir, pois nada irá mudar; a crença de que não é preciso buscar novos conhecimentos, pois não vão ser úteis; e o resultado obtido por meio dessas questões é um ensino sem qualidade, comprometido pela proletarianização e também pela falta de vontade em ensinar. (DETOMINI e MARIOTINI, 2017, p.379 e 380).

Isso demonstra o quanto a situação é crítica, nem mesmo as próprias pedagogas(os) atuantes se sentem motivados a ensinar. Isso faz com que estes profissionais se acomodem, deixando de buscar novos conhecimentos, ficam estagnados, prejudicando assim a qualidade da educação e contribuindo ainda mais para esse cenário de desfavorecimento.

Dessa forma, pode-se se dizer que a pré-escola necessita com emergência deixar de lado essa ideia de modelo assistencialista que foi construído historicamente, e se destacar por sua qualidade de ensino, já que a pré-escola possibilita a criança vivência, experiências que contribuem para o seu desenvolvimento e sua interação com a sociedade (SILVA, 2010).

Pode-se constatar que, quando a educação infantil é de qualidade, as crianças conseguem construir sua identidade baseados nos princípios da ética, respeito e solidariedade. Dessa forma, a instituição pré-escolar deve ter como foco a qualidade do aprendizado, sendo um dos principais influenciadores no processo de desenvolvimento cognitivo do indivíduo (SILVA, 2010). As crianças que estão em fase pré-escolar necessitam de um atendimento específico, já que estão em fase de descobertas de mundo, valores éticos e morais e linguagens, e é estimulada ao um aprendizado a partir do educar e brincar (DANTAS, 2003).

A importância da pré-escola se faz pelo fato de que é nessa fase que o indivíduo tem o primeiro contato com a sociedade onde vive e é nesse espaço que desenvolve habilidades que auxiliam em seu amadurecimento. Onde recebe estímulos de aprendizagem, da linguagem, e de raciocínio lógico, momento em que essas habilidades se aprimoram (DANTAS, 2003).

Outra questão importante e que deve ser considerada são as práticas de letramento, pois a criança tem contato com livrinhos de histórias, a escrita de seu nome, alfabeto e números. Então, a alfabetização se torna mais natural para a criança que estudou na pré-escola do que para a criança que não teve oportunidade. A pré-escola, então, contribui na construção de conceitos importantes para o desenvolvimento do indivíduo como um todo (DANTAS, 2003).

Figura 2 Brincando e aprendendo



Fonte: < <https://eduinfantilceac.wordpress.com> > Acesso em: 20 de set. 2018

A brincadeira como forma de ensinar já vem sendo discutida há algum tempo e pode-se afirmar que é uma metodologia eficaz, principalmente no que se diz respeito ao ensino pré-escolar. Na figura 2 pode-se perceber várias formas de se ensinar através do lúdico que para as crianças nessa faixa etária, é mais atrativo, tornando assim a compreensão mais fácil, sendo responsável pelo desenvolvimento cognitivo, físico-motor e psicológico do indivíduo, isso porque, as crianças interagem, ouvem, tocam o objeto de aprendizagem, tendo assim uma visão geral do conhecimento (SILVA, 2010).

No entanto é importante salientar que a educação pré-escolar é muito mais do que brincadeiras. Segundo Dantas (2003), os alunos do 1º ano do ensino fundamental que frequentaram a pré-escola mostraram melhor desenvolvimento e facilidade no processo de ensino-aprendizagem, participam mais das aulas, trabalham bem em equipe, tem confiança no que faz, são mais criativos e são bons no raciocínio lógico.

Os alunos que vieram da pré-escola apresentam uma maior autonomia, eles sabem tomar decisões. Eles são muito mais independentes e organizados. Além disso, apresentam uma coordenação motora bem avançada em relação aos que não frequentaram a pré-escola.

As crianças que vêm da pré-escola têm o seu desenvolvimento em todas as áreas mais avançado do que as outras. A sua linguagem, a sua motricidade, a sua maneira de se relacionar no grupo é bem melhor. Sem contar que elas são mais independentes e autônomas. Quase sempre tomam decisões por si próprias para realizar suas tarefas. Não ficam esperando que eu tome todas as decisões (DANTAS, 2003, p.41).

Já os alunos que não frequentaram a pré-escola apresentam mais dificuldade na realização das atividades propostas não conseguindo realizá-las sozinhas, pouca criatividade, autonomia, motricidade e noção de tempo, ao contrário, os que passaram pela pré-escola são dependentes, tendo problemas para trabalhar em grupo (DANTAS, 2003).

Pode-se concluir então que a pré-escola contribui muito para o desenvolvimento da criança, ainda a se mudar para que a sociedade, os docentes e os próprios pedagogos tomem consciência dessa importância. Para que a pré-escola seja valorizada a mudança tem que acontecer na formação do pedagogo, a sociedade necessita de políticas públicas que estruturam a formação profissional a fim de torná-lo mais qualificado para a prática docente. Isso contribuiria na busca de uma identidade própria do pedagogo e resultaria em uma maior valorização dessa profissão, não só por parte da sociedade, mas os próprios professores/pedagogos valorizarem o que fazem, para que, dessa forma, seja dada devida importância a esse profissional e à pré-escola.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se considerar ao término deste estudo que foi uma trajetória de fundamental importância para compreensão da educação pré-escolar como parte integrante do processo de aprendizagem.

A criança como indivíduo autônomo em sua aprendizagem, como um ser ativo e valorizado. Os desafios dessa área educacional vislumbraram os motivos de sua desvalorização por parte da sociedade. As leis que permeiam sua estrutura organizacional findado em uma educação de qualidade. sua grade curricular como objeto de ação da educação, tais como diretrizes que contribuem e dão o apoio necessário para a realização de uma educação para todos. E por fim a importância dessa modalidade educacional no processo de alfabetização.

Todos estes tópicos contribuíram para uma melhor visão deste ensino como fator de fundamental importância na educação. O pedagogo como mediador desse conhecimento e as funções que o mesmo exerce. E a formação pedagógica como fator primordial nesse processo, já que nesta fase que o graduando em pedagogia se qualifica para se tornar um profissional competente.

Entende-se então a importância da educação pré-escolar na formação da criança em processo de alfabetização. Sua contribuição significativa para a sociedade e as consequências da falta dela no processo educacional do indivíduo. Vale ressaltar também como é imprescindível o pedagogo nesse processo, e como a sua formação reflete na prática pedagógica.

Pode-se perceber no decorrer dessa pesquisa que a pré-escola tem uma estrutura organizacional para propiciar uma educação de qualidade. As leis trazem toda uma proposta pedagógica eficaz, porém muitas vezes isso não é colocado em prática, dificultando o processo de ensino-aprendizagem. Os conteúdos estabelecidos pelo RCNEI são trabalhados afim de que a criança tenha as habilidades adequadas para o seu processo de ensino-aprendizagem. Mas muitas vezes os conteúdos não são aplicados corretamente ou até há a falta de recursos para isso.

A pedagoga(o) é uma peça chave nesse ensino, e pode-se compreender essa profissional recebe uma formação que a torna habilitada para o cargo, porém não é o suficiente. Os cursos apesar de oferecer diversas disciplinas obrigatórias que são imprescindíveis para uma

pedagoga(a), demonstram defasagem em algumas áreas dessa formação. Percebe-se então que algumas coisas ainda devem ser melhoradas no que se diz respeito a formação pedagógica.

Por fim conclui-se que a desvalorização referente a pré-escola e das pedagogas(os) existe e essa foi construída ao longo do tempo, mas esse cenário está mudando. Atualmente percebe-se uma maior preocupação da sociedade com a educação das crianças menores, o que reflete diretamente na pré-escola. A importância da pré-escola no desenvolvimento cognitivo da criança tá sendo cada vez mais evidente, o que torna esse ensino mais procurado, contribuindo para uma melhor educação.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L.B.P. **Educação Infantil: na trilha do direito**. São Paulo, 2010. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acesso em: 12 de out. 2017.
- BARRETO, E.S.S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.
- BOCK, A.M.B; FURTADO, Odair; TEIXEIRA, M.L.T. **Psicologias: Uma introdução ao estudo de Psicologia**. 14º ed. São Paulo: Saraiva, 2008.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Disponível em :< <http://www.stf.jus.br/> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- _____. **Educação Brasileira: Indicadores e desafios, documento de consulta**. Brasília-DF, 2013. Disponível em: < <http://conae2014.mec.gov.br/> >. Acesso em: 12 out. 2017.
- _____. **Diretrizes Curriculares nacionais para a educação infantil**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brasília-DF, 2010. Disponível em: < <http://ndi.ufsc.br/> >. Acesso em: 21 set. 2018.
- _____. LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação: **Lei n. 9.394, de 20 de Dezembro de 1996**. Senado Federal, Coordenação de Edições técnicas, 2017. Disponível em : < <http://www2.senado.leg.br/> >. Acesso em: 11 out. 2017.
- _____. **Plano Nacional da Educação 2014-2024**. Brasília-DF, 2014. Disponível em < <http://www.observatoriopne.org.br/> >. Acesso em: 15 set. 2018.
- _____. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Brasília-DF, 1998. Disponível em < <http://portal.mec.gov.br/> >. Acesso em: 18 set. 2018.
- BRITO, K.B de, ROCHA, L.A. **Formação de pedagogos: desafios e perspectivas no campo de atuação**. Editora: Realize. Parnaíba-PI, 2012. Disponível em: < <http://editorarealize.com.br/>>. Acesso em: 11 out. 2017.
- CASARIN, Nelson Elinton Fonseca. **Família e aprendizagem escolar**. 2007. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Física. Porto Alegre. Disponível em: <<http://tede.pucrs.br/>>. Acesso em: 05 set. 2017.

CAVALCANTE, A.E.P; LINHARES, F.R; FONTES, F.C.O. **O cuidar e o educar nas instituições de educação infantil: Um olhar investigativo.** Parnaíba-PI, Realize editora, 2012. Disponível em: < <https://editorarealize.com.br/>> Acesso em: 19 set. 2018.

CORRÊA, Bianca Cristina. **Considerações sobre qualidade na educação infantil.** São Paulo, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

DANTAS, Rosineide Jocas. **A importância da Educação Infantil para o processo ensino-aprendizagem nas séries iniciais do Ensino Fundamental.** Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <http://www.avm.edu.br/>>. Acesso em: 28 out. 2018.

DETOMINI, G.M; MARIOTINI, S.D. **Fracasso no exercício do ofício docente: consequências da desvalorização social da profissão docente?**. Bebedouro-SP, 2017. Disponível em: < <http://unifafibe.com.br/>>. Acesso em: 30 set. 2018.

GATTI, B.A; BARRETO, E.S de. **Professores do Brasil: impasses e desafios.** Brasília-DF, 2009. Disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/>> Acesso em: 24 set. 2018.

GERVASI, M; ARRUDA, A.L.M.M. **Educação no Âmbito da creche Uma Análise da Formação de Professores**, Revista Eletrônica Saberes da Educação, 2015. Disponível em < <http://docs.uninove.br/>>. Acesso em: 04 out. 2018.

IGLESIAS, S.L.S; VOSGERAU, D.S.R. **A formação do Pedagogo em diferentes realidades.** Curitiba-PR, 2011. Disponível em: <<http://educere.bruc.com.br/>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

JUNIOR, Moysés Kuhlmann. **Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922).** São Paulo, 1991. Disponível em: <<http://www.fcc.org.br/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

_____. **História da educação infantil brasileira.** São Paulo, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

KNIPHOF, Marley. **A real identidade do pedagogo escolar tendo em vista a desvalorização.** Curitiba, 2016. Disponível em: < <https://acervodigital.ufpr.br/>>. Acesso em: 12 set. 2018.

OLIVEIRA, Zilmas Ramos de. **Educação infantil Fundamentos e Métodos.** 3ª ed. São Paulo-SP: Cortez, 2007.

PASCHOAL, J.D; MACHADO, M.C.G. **A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional.** Campinas, 2009. Disponível em: < <http://www.ceap.br/>>. Acesso em: 08 out.2018.

SANTANA, Shirlei Cristina Oliveira de. **A desvalorização do professor de educação infantil e seu impacto na atuação dos profissionais da área.** Salvador-BA, 2010. Disponível em: < <http://www.uneb.br/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

SAVIANI, Dermeval. **O espaço acadêmico da pedagogia no brasil:** perspectiva histórica. Campinas-SP, 2004. Disponível em: < <https://social.stoa.usp.br/>>. Acesso em: 24 set. 2018.

SILVA, Maria Elisandre de. **A importância da educação infantil para o desenvolvimento e a aprendizagem da criança.** Londrina, 2010. Disponível em: <http://www.uel.br/>>. Acesso em: 19 set. 2018.

SOUZA, Maria Cecília Braz Ribeiro de. **A concepção de criança para o Enfoque Histórico Cultural.** 2007. 165 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília. Universidade Estadual Paulista, Marília. Disponível em: <<https://www.marilia.unesp.br/>>. Acesso em: 02 set. 2017.

SOUZA, Maria Ester Do Prado. **Família/Escola: A Importância Dessa Relação No Desempenho Escolar.** Paraná, 2009. Disponível em: < <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/>>. Acesso em: 04 set. 2017.

SOUZA, V.F.M de; RAFAEL, M.C; OLIVEIRA, C.M de. **Políticas educacionais e organização da educação básica.** 22º ed. Maringá- PR, 2015. Disponível em: <<http://www.ead.cesumar.br/>>. Acesso em: 12 out. 2017.

STONE, J.L, CHURCH, Joseph. **Infância e Adolescência: Uma Psicologia da Pessoa em Crescimento.** 2º ed. Belo Horizonte-MG: Vozes, 1972.

XAVIER, A.S; NUNES, A.I.B.L. **Psicologia do Desenvolvimento.** 3º edição, Fortaleza, 2013. Disponível em: www.uece.br/computacaoead/index.php/.../2135-psicologia-do-desenvolvimento2013. Acesso em: 09 set. 2018.